



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO 3 - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na **ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA PARA O EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, localizado na Rua do Carmo, nº 27, no Centro do Município do Rio de Janeiro.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A solicitação em questão se justifica visando a verificação da carga elétrica disponível e sua compatibilização com as novas demandas determinadas pelo acréscimo de estações de trabalho e de equipamentos de informática no Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), situado na Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 O Projeto Básico e executivo deverá conter todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar toda a obra e avaliar detalhadamente os seus custos. Dele deverão constar, além dos projetos perfeitamente detalhados, estudos, avaliações, desenhos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, caderno de encargos e orçamento detalhado.

3.2 Entende-se como Projeto Executivo a solução desenvolvida e detalhada do projeto básico. Especificamente, constitui-se no conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, possibilitando a estimativa de seu custo e o prazo de execução. Integra um projeto completo, do qual não se pode dissociar, devendo ser precedido por estudos iniciais (econômicos, sociais, impactos ambientais e outros).

3.3 Terminologia a ser adotada:

1) Para os estritos efeitos deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

3.3.1.1 *Memorial descritivo*: documento contendo a descrição geral do projeto e os critérios



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

utilizados na sua elaboração;

3.3.1.2 Memorial de cálculo: documento contendo os parâmetros, a metodologia, as normas e técnicas utilizados no dimensionamento dos elementos construtivos do projeto, com o demonstrativo dos cálculos efetuados;

3.3.1.3 Especificações técnicas: documento que contém a especificação completa de todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na obra de reforma do prédio, definindo suas características, qualidade, desempenho esperado e marcas de referência, contendo ainda conjunto de amostras e catálogos de materiais e equipamentos especificados;

3.3.1.4 Normas de execução: documento que especifique a forma como devem ser executados os serviços, indicando procedimentos e técnicas a utilizar e definindo critérios para aplicação de materiais e instalação de equipamentos;

3.3.1.5 Caderno de encargos: documento contendo a indicação de todos os materiais e serviços, incluindo as especificações técnicas e as normas de execução, bem como a descrição completa de todas as demais atribuições da construtora, desde a organização do canteiro de obra até a conclusão da reforma, enfim, tudo o que for necessário à perfeita condução da obra;

3.3.1.6 Relatório técnico: encarte que contempla memorial descritivo, memorial de cálculo e caderno de encargos.

3.3.1.7 Instalações Elétricas: IE

3.4 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

1) A responsabilidade pela elaboração e exatidão dos projetos específicos, será da Contratada. Os profissionais e empresas devem estar legalmente habilitadas pelo CREA. Todas as peças gráficas que compõem os projetos específicos deverão conter o nome completo, o nº do CREA e a rubrica dos responsáveis.

2) O projetista deverá apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** pela autoria dos projetos.

3) O memorial descritivo de instalações elétricas deverá objetivar a indicação das premissas básicas e as características do programa que orientam a prestação de serviços de elaboração do Projeto de Instalações Elétricas

4) O objeto principal da contratação é a verificação de suficiência da carga elétrica existente no edifício-sede e de sua distribuição nos pavimentos, visando o atendimento das



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

novas demandas da PGE-RJ no que tange ao acréscimo de equipamentos de Tecnologia da Informação, estações de trabalho e outros equipamentos, devendo constar também as medidas que deverão ser tomadas para o pleno atendimento às novas necessidades.

5) Quanto à apresentação, projeto de energia elétrica deverá ser subdividido em dois subprojetos cujos elementos indispensáveis seguem listados a seguir:

3.4.5.1 Projeto de Entrada de Energia

- a) Estudo para verificação da necessidade de aumento de carga;
- b) Especificação qualitativa e quantitativa dos materiais e equipamentos.
- c) Transformador isolador
- d) Avaliação de Compatibilidade de nobreak
- e) Avaliação de Compatibilidade com Grupo Gerador

3.4.5.2 Projeto de Instalações Elétricas

- a) Projeto dos dutos, caixas, barramentos e cabos pertencentes a alimentação dos quadros gerais de serviço a partir dos QGBT.
- b) Projeto dos dutos, caixas, barramentos e cabos pertencentes a alimentação dos quadros terminais de distribuição, quadros de força e pontos de força.
- c) Projeto de distribuição elétrica a partir dos quadros terminais de energia estabilizada para as estações de trabalho e equipamentos de informática, conforme observado no prédio.
- d) Detalhamento dos quadros elétricos e dos quadros de carga
- e) Esquemas unifilares
- f) Esquemas Verticais
- g) Especificação qualitativa e quantitativa dos materiais e equipamentos
- h) Memória de cálculo do dimensionamento de todos os alimentadores e barramentos blindados, assim como o detalhamento da fixação horizontal e vertical destes materiais.
- i) Memória de cálculo da malha de terra e do SPDA.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4. DAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

4.1 Segue o detalhamento de etapas para o desenvolvimento do projeto, ressaltando que, para o início de cada etapa, supõem-se que a etapa anterior deve ser recebida oficialmente, com sequência e autorização para o início da etapa posterior.

1) ESTUDO PRELIMINAR

4.1.1.1 Levantamento do consumo médio de energia por andar (Avaliação de Carga)

4.1.1.2 Estudos das soluções para todos os sistemas e setores com as redes básicas e definindo a distribuição da rede horizontal e vertical, shafts.

4.1.1.3 Realização de coleta de dados, determinação de diretrizes e conceituação de todas as redes e sistemas a realizar, consolidação de informações em confronto com as normas, análise técnica e de valor das diversas soluções.

Produto mínimo resultante dessa etapa:

- ✓ Análise de Carga
- ✓ Relatório de critérios de projeto e descrição básica dos sistemas de instalações prediais a serem projetados;

2) PROJETO BÁSICO

4.1.2.1 Pré-dimensionamento dos sistemas primários, em nível que permita a definição de localização e dimensionamento dos ambientes e áreas técnicas, dos espaços necessários para instalação, ajustando o conceito dos sistemas juntamente com os demais elementos do empreendimento, com o intuito de definir e consolidar todas as informações necessárias a fim de verificar sua viabilidade física, legal e econômica.

Produto mínimo resultante dessa etapa:

- ✓ Planta de todos os pavimentos com as redes básicas;
- ✓ Planta dos ambientes e áreas técnicas com dimensões, condições de posicionamento, acesso, tubulações e sistemas prediais condicionantes;
- ✓ Dimensões principais e posicionamento de shafts e espaços técnicos com percurso vertical;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- ✓ Dimensões principais de outros espaços necessários para passagem de tubulações e/ou sistemas técnicos, inclusive alturas de entre forros;
- ✓ Zonas de encaminhamento de tubulações, com indicação de posicionamento, altura ocupada;

3) PROJETO EXECUTIVO

4.1.3.1 Elaboração do detalhamento dos dispositivos a serem instalados de modo a gerar um conjunto de informações suficientes para a perfeita caracterização da obra/serviços a serem executadas, bem como o entendimento dos métodos construtivos e prazos de execução.

Produto mínimo resultante dessa etapa:

- ✓ Implantação Geral.
- ✓ Diagramas unifilares específicos para cada sistema;
- ✓ Plantas baixas com indicação dos circuitos de todos os pavimentos;
- ✓ Plantas, cortes e detalhes de todos os pavimentos com posicionamento dos quadros, dispositivos e componentes de todos os sistemas.
- ✓ Elaboração de memoriais descritivos com especificação de materiais e equipamentos;
- ✓ Especificação de serviços e caderno de encargos;
- ✓ Especificação das normas e testes mínimos a serem aplicados na execução física dos sistemas e respectiva documentação;
- ✓ Lista quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos.

4.1.4 APROVAÇÃO DOS PROJETOS

4.1.4.1 Esta etapa consiste na aprovação dos projetos nos Órgãos Competentes caso verificada a necessidade de solicitação de aumento de carga, visando a obtenção das licenças cabíveis e do fornecimento adicional de energia elétrica (caso este que o procedimento deverá ser aprovado junto à concessionária de energia elétrica, que no caso do Município do Rio de Janeiro é a *LIGHT S.A.*)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4.2 ASSESSORIA E CONSULTORIA DURANTE O TRANSCURSO DAS OBRAS

4.2.1 Durante a fase de obra, a CONTRATADA deverá prestar Assessoria Técnica à empresa executora dos projetos elaborados pela CONTRATADA, incluindo visitas a obra através de Responsável Técnico, esclarecendo eventuais dúvidas sobre o projeto durante a execução da obra, incluindo a análise de alternativas de processos construtivos, propostas pelos Instaladores ou pelo CONTRATANTE, diferente das especificações dos projetos. Prevê-se que esta assistência técnica dure por todo o período da obra, incluindo a realização de, pelo menos, uma reunião semanal na obra e produção contínua de elementos gráficos no escritório ou na obra.

4.2.2 A CONTRATADA deverá, necessariamente, validar o projeto como construído (“*as built*”), aprovando as respectivas plantas revistas do projeto de instalações elétricas a serem fornecidos pelo executante da obra.

5. DAS NORMAS A SEREM OBSERVADAS

5.1 Para o desenvolvimento dos trabalhos deverão ser observados os decretos, normas, códigos e regulamentos e recomendações aplicáveis ao projeto das principais entidades a seguir relacionadas, com a obtenção das respectivas licenças cabíveis:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- TELEBRAS- Telecomunicações Brasileiras;
- CCITT- International Telegraph and Telephone Consultive Committee
- ANSI – American National Standards Institute;
- IEEE- Institute of Electrical and Electronic Engineers
- ASTM- American Society for Testing and Mials;
- EIA- Electronic Industries Association;
- NEC- National Electric Code;
- NFPA- National Fire Protection Association;
- IEC- International Electric Code;
- UL- Underwrites Laboratories Inc.;
- NEMA- National Electrical Manufacturing
- ASME – American Society for Testing and Materials;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- ASHRAE- American Society of Heating Refrigerating and Ar Condition Engineers
- Código de Obras local;
- Normas sobre segurança, higiene e medicina vigentes;
- GEM–RIO-LUZ Gerenciamento de Engenharia Mecânica (Município do Rio de Janeiro).
- Decreto Municipal No - 28.329/07:
“Obtenção de dispensa da licença ambiental municipal, resolução SMA No 453 de 21/10/2008, ou cumprimento do disposto Decreto No 28.329 de 17/08/2007 com obtenção da licença ambiental correspondente”
- Normas da Concessionária de Eletricidade local;
- Normas da Concessionária de Telefonia local;
- Normas da Companhia de Saneamento Básico local;
- Normas do Corpo de Bombeiros;
- CNP – Conselho Nacional de Petróleo.

6. DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E NORMAS DE EXECUÇÃO

6.1 Para o desenvolvimento dos projetos, deverão ser realizadas sucessivas reuniões, coordenadas pela Fiscalização, quantas necessárias ao estabelecimento de uma continuidade da condução do projeto, em conformidade com as necessidades de adequação do projeto de instalações elétricas, ao projeto de arquitetura e de *layout* de ocupação dos espaços e outros projetos que integram os projetos complementares do prédio de propriedade da PGE.

6.2 Durante o desenvolvimento dos trabalhos pode haver a necessidade de ampliação do número de pranchas ou reformulação de desenhos, relacionados com o objeto do contrato, afim de melhor esclarecer, ou indicar detalhes executivos que servirão de base para execução das obras. Esses desenhos são considerados desde já como contidos no escopo dos serviços contratados e parte dos desenhos relacionados com a remuneração indicada para prestação do serviço.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

6.3 Quanto às normas de execução, entende-se como “CONTRATADA” a licitante declarada vencedora, conforme critérios definidos neste Termo de Referência.

6.4 A CONTRATADA deverá executar todos os serviços rigorosamente de acordo com o Termo de Referência, em especial com as orientações dos Anexos Técnicos e em conformidade com as normas pertinentes da ABNT e determinações dos serviços públicos locais, fornecendo também todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, os quais deverão ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos.

6.5 A coordenação dos trabalhos será executada por profissionais habilitados e especializados, com registro no CREA, admitida a sua substituição somente nas condições previstas no Termo de Referência e Contrato. É admitida a participação de outros profissionais, além dos declarados como responsáveis técnicos, desde que em caráter complementar.

6.6 Em todos os serviços e projetos devem ser empregadas as respectivas terminologias e simbologia técnica. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário apostas no Caderno de Encargos (completas) e impressas nas plantas (no mínimo as utilizadas).

6.7 Todas as medidas e quantidades de serviços a serem executados serão, obrigatoriamente, conferidas pela Contratada, correndo por sua exclusiva responsabilidade a aferição das mesmas.

6.8 Antes de iniciar os trabalhos, a CONTRATADA deverá providenciar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA, relativas aos serviços objeto deste Termo de Referência, entregando ao Fiscal do Contrato a via do proprietário devidamente quitada.

6.9 A CONTRATADA se obriga a respeitar rigorosamente, no que se refere a todos os empregados utilizados nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

6.10 A CONTRATADA aceitará e concordará que os serviços contemplados na contratação deverão ser complementados em todos os seus detalhes, de modo a fornecer todos os elementos técnicos necessários para fundamentar a licitação e a futura execução das obras ainda que cada item necessariamente envolvido não esteja especificamente mencionado.

6.11 Mesmo quando o autor não for responsável pela aprovação formal do projeto, se for o caso, nos diversos órgãos (Prefeitura, Controle de Poluição, Bombeiro, IPHAN e outros), será sua a responsabilidade por eventuais modificações nos projetos exigidos por estes órgãos. A responsabilidade técnica do autor não cessará na aprovação do projeto respectivo, estando ele sujeito a todas as normas estipuladas pelo órgão controlador de suas atividades.

6.12 Quanto ao planejamento e coordenação dos trabalhos, a CONTRATADA designará um Responsável Técnico, que ficará encarregado da coordenação geral desde o início dos trabalhos, e deverá garantir o cumprimento dos prazos estipulados.

6.13 O Responsável Técnico será responsável por todas as tratativas com os representantes da Contratante para esclarecimentos de dúvidas, obtenção de informações e definições dos projetos.

6.14 Nos prazos estipulados no cronograma físico-financeiro para cada fase, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato um Relatório dos Serviços Executados, do qual constarão:

- a) a relação de todos os elementos entregues na respectiva fase;
- b) cronograma físico-financeiro, contendo a informação da etapa em que se encontra cada projeto;
- c) a descrição dos critérios adotados e as soluções propostas;
- d) informações detalhadas sobre o andamento dos serviços;
- e) indicação de eventuais pendências;
- f) demais esclarecimentos necessários ao perfeito acompanhamento dos serviços executados.

6.15 Para cada Relatório dos Serviços Executados, a CONTRATADA fornecerá, no mínimo, um jogo completo dos respectivos documentos impressos em tamanho A4, contendo as informações que servirão de base para análise e decisão do Fiscal do Contrato.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão de registro ou inscrição de pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da licitante;

a.1) Caso o licitante seja sediado ou domiciliado em outro Estado, será necessário o visto do CREA-RJ/CAU-RJ apenas no momento da contratação e não da licitação.

b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional ou profissionais de nível superior detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo respectivo Conselho Profissional, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à elaboração de projetos básico e executivo com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância.

b.1) Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante servirá de documento hábil à comprovação do vínculo.

b.2) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

c) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto desta Tomada de Preços;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

c.1) A CONTRATADA deverá garantir que o(s) profissional(is) técnico(s) responsável(eis) indicado(s), na Declaração de Responsabilidade Técnica, realize(m) pessoal e diretamente os serviços objeto do Contrato.

c.1.1) No decorrer da execução do serviço, o(s) profissional(is) de que trata este subitem poderá(ão) ser substituído(s), nos termos do artigo 13, §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional(ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

d) Prova de possuir atestado(s) de elaboração de projetos de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência ao disposto na alínea “e”.

e) A aptidão **técnico-operacional** para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades deverá ser demonstrada com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, **em nome da licitante**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo à *elaboração de projetos básico e executivo de tipologias similares e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às especificadas em edificações comerciais* com área **igual ou superior a 8.092,50 m²** (equivalente a 50% da área total do edifício-sede da PGE, que é de aproximadamente 16.185 m²);

f) A aptidão **técnico-profissional** para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades deverá ser demonstrada com a apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, **em nome do Responsável Técnico (Engenheiro Eletricista)**, relativo à elaboração de projetos de instalações elétricas, de edificação com área **igual ou superior a 8.092,50 m²** (equivalente a 50% da área total do edifício-sede da PGE, que é de aproximadamente 16.185 m²);



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

g) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.

h) O(s) atestado(s) apresentado(s) para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverá(ão) estar acompanhados de cópia autenticada das respectivas certidões de registro no Conselho Regional, relativas ao objeto atestado.

8. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento das propostas será estabelecido mediante o cálculo da média ponderada entre

8.1.1 Nota Técnica (**NTc**), equivalente a 60% (sessenta por cento) da nota total a ser obtida pelo Licitante

8.1.2 Nota de Preço (**NPr**), equivalente a 40% (sessenta por cento) da nota total a ser obtida pelo Licitante

8.2 O atestado (ou atestados) apresentados a título de Qualificação Técnica poderão ser aproveitados para efeito de cálculo da Nota Técnica.

8.3 Ao serem calculados as notas e o resultado final previstos neste Anexo, os valores não inteiros serão considerados até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, em todas as etapas do cálculo.

8.4 Quanto ao julgamento das propostas técnicas, estas serão avaliadas através da atribuição de notas relativas aos atestados, conforme os critérios expostos a seguir:

8.4.1 Será atribuída pela Comissão, a cada licitante, uma “Nota de Proposta Técnica” (**NTc**) que poderá variar de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, composta das seguintes parcelas:

- a) Avaliação da Empresa
- b) Avaliação do Responsável Técnico

A Nota de Proposta Técnica da Licitante (**NTc**) será calculada pela expressão:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

$$NTc = \frac{N_{EXP} + N_{ERT}}{10}$$

Onde:

NTc - Nota da Proposta Técnica da Licitante

N_{EXP} - Nota da Experiência de Serviços da Licitante

N_{ERT} - Nota da Experiência do Responsável Técnico

8.4.1.1 A Nota da Experiência de Serviços (N_{EXP}) da empresa licitante será avaliada quanto à Capacidade Operacional da Empresa, contribuindo com, no máximo, 70 pontos.

8.4.1.1.1 Para a atribuição dos pontos quanto à **Capacidade Operacional da Licitante**, serão observados atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço em nome da empresa licitante, para comprovação da execução de projetos básico e executivo que contemplem tanto o projeto de Entrada de Energia como o projeto de Instalações Elétricas. Para efeito de atribuição de pontos quanto à Experiência de Serviços, será exigida da empresa licitante a comprovação de, no máximo, 07 (sete) serviços, mediante a apresentação de até 07 (sete) atestados,

a) Para atestados com área edificada igual ou maior que 8.092 m²

- ✓ 01 (um) Atestado - 10 pontos
- ✓ 02 (dois) Atestados - 20 pontos
- ✓ 03 (três) Atestados - 30 pontos
- ✓ 04 (quatro) Atestados - 40 pontos
- ✓ 05 (cinco) Atestados - 50 pontos
- ✓ 06 (seis) Atestados - 60 pontos
- ✓ 07 (sete) Atestados - 70 pontos

b) Para atestados com área edificada de 2.000 a 6.000 m²

- ✓ 01 (um) Atestado - 05 pontos
- ✓ 02 (dois) Atestados - 10 pontos



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- ✓ 03 (três) Atestados - 15 pontos
- ✓ 04 (quatro) Atestados - 20 pontos
- ✓ 05 (cinco) Atestados - 25 pontos
- ✓ 06 (seis) Atestados - 30 pontos
- ✓ 07 (sete) Atestados - 35 pontos

8.4.1.2 **A Nota da Experiência do Responsável Técnico (N_{ERT})** da empresa licitante será avaliada através dos critérios abaixo descritos e contribuirá com, no máximo, 30 pontos.

a) Pela apresentação de Atestado(s), fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados no CREA e acompanhados da correspondente Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome do Responsável Técnico que comprove a elaboração de projetos de instalações elétricas, sendo 06 (seis) pontos por atestado até o máximo de 05 (cinco) Atestados, perfazendo um total de 30 (trinta) pontos, no máximo.

8.4.2 – Desclassificação

Serão desclassificadas as propostas das licitantes que:

- ✓ **obtiverem Nota Técnica (NTc) menor que 5 (cinco);**

8.4.3 Propostas Escoimadas

Quando todas as propostas técnicas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas técnicas, escoimadas das causas da desclassificação, permanecendo as propostas de preço em poder da Comissão.

8.5 Quanto ao julgamento das propostas de preço, estas serão avaliadas pelo seu preço global, conforme critério exposto a seguir:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

8.5.1 Da Nota de Preço (NPr): A Nota de Preço (**NPr**) será calculada da seguinte forma: à proposta válida com menor preço será atribuída a nota máxima 10 (dez); para as demais propostas será utilizada a seguinte fórmula:

$$NPr = \frac{mPr}{Pr} \times 10$$

Onde:

NPr = Nota de Preço

mPr = Menor Preço entre as Propostas Válidas

Pr = Preço da Proposta em Análise

8.6 Quanto ao valor da Nota Final, esta será atribuída à licitante será obtido pela seguinte fórmula:

$$NF = 0,6 \times NTc + 0,4 \times NPr$$

Onde:

NF = Nota Final

NTc = Nota Técnica

NPr = Nota de Preço

8.7 As propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (**NF**).

8.8 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todas as licitantes serão convocadas.

8.9 Após os eventuais desempates, as propostas serão classificadas em ordem **decrescente** de Nota Final (**NF**), resultando que a proposta classificada em primeiro lugar será declarada vencedora.

9 DA VISTORIA

9.1 É facultado ao licitante comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

9.2 O licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munido de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, devendo o representante legal do licitante assiná-lo, reconhecendo firma, e solicitar a assinatura do servidor da Procuradoria-Geral do Estado responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

9.3 A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolva não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução. Essa Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual deverá ser elaborada de acordo com o Anexo 11 do edital, devendo o representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

10. DA GARANTIA

10.1 Exigir-se-á do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de início dos serviços constante no Memorando de Início dos Serviços, expedido pela Fiscalização da PGE, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º do art. 56 da Lei 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte
0961.03.091.0026.1046 – Ampliação, Modernização e Reestruturação da PGE	4.4.90.51.01 – Estudos e Projetos	232

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

12.1 Os projetos serão recebidos provisoriamente pela Fiscalização do Contrato quando da apresentação de todos os documentos elencados neste Termo de Referência

12.2 No prazo de até **10 (dez) dias úteis**, a Fiscalização do Contrato, após análise e confirmação do atendimento de todos os requisitos listados, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

12.3 Em caso de reprovação de algum material fornecido, a Fiscalização do Contrato procederá à devolução do item recusado à Contratada, acompanhado da motivação por escrito, iniciando o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a entrega do novo item, a contar do aviso da rejeição pela PGE-RJ.

12.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

12.5 A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

corrente na instituição financeira contratada pelo Estado cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

13.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

13.3 A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Fiscalização da PGE, sito à Rua do Carmo, 27, 12º. Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

13.4 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela (etapa).

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

14.2 Designar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços, preposto(s) habilitado a responder pela CONTRATADA na solução de qualquer assunto relacionado sobre a execução dos serviços, indicando: nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone.

14.3 Responsabilizar-se em esclarecer, corrigir ou solucionar toda e qualquer incompatibilidade existentes nos projetos, planilhas e memoriais, e que forem diagnosticados no momento da execução da obra, prestando em tempo hábil as correções necessárias ou esclarecendo toda e qualquer dúvida que surgir durante a fase de execução da obra/projeto. O acionamento da CONTRATADA para a solução de problemas não terá custo algum para a CONTRATANTE;

14.4 Detalhar minuciosamente, na elaboração das planilhas orçamentárias, os quantitativos de materiais e serviços a serem necessários na execução dos projetos, de forma a



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

não passar e nem faltar na hora da execução, gerando dessa forma aditivos ou alocação desnecessária de verbas para execução da obra.

14.5 Apreender as aspirações do CONTRATANTE em relação ao empreendimento, o plano de desenvolvimento em que o mesmo se insere, os incentivos e as restrições a ele pertinentes;

14.6 Efetuar a contratação de pessoal habilitado para a execução dos serviços decorrentes deste instrumento, assumindo todas as obrigações e ônus de empregadora, como o pagamento da remuneração e das contribuições exigidas pela previdência social, do seguro contra acidentes de trabalho e demais encargos trabalhistas;

14.7 Atuar nas tratativas e solicitações que se façam necessária, por ocasião da obtenção das aprovações em todos os órgãos implicados, sejam estaduais, federais ou municipais;

14.8 Adotar, sempre que possível, soluções arquitetônicas e ações de incentivo a conservação e o uso eficiente dos recursos energéticos nas edificações, promovendo a racionalização do consumo de energia elétrica, combatendo o desperdício e reduzindo os custos e os investimentos setoriais, aumentando ainda a eficiência energética.

14.9 Adotar soluções (espaço físico, dimensionamento da rede elétrica, energia elétrica, etc.) adequadas às instalações de todos os equipamentos e móveis, cujas quantidades e especificações técnicas serão pactuadas entre as partes ou indicadas pela CONTRATANTE

14.10 Fornecer todos os materiais, equipamentos e pessoal necessários ao perfeito desempenho dos serviços contratados, assumindo todos os custos decorrentes deste fornecimento, inclusive tributos, contribuições fiscais e encargos trabalhistas, securitários e previdenciários.

14.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

14.12 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.13 Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

15.1.1 Por fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, precipuamente por meio da **Gerência de Arquitetura, Projetos e Obras, com o apoio da Gerência de Bens e Serviços da PGE-RJ**, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. Todos os seus atos e instruções serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

15.1.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização, durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

15.2 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

15.3 Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

15.4 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme previsão contratual.